



Evento	Salão UFRGS 2015: SIC - XXVII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2015
Local	Porto Alegre - RS
Título	EXERCÍCIO DE DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS POR MULHERES E ADOLESCENTES NO BRASIL: tutela e (in)efetividade frente ao discurso político-religioso do Estado laico
Autor	JÉSSICA SILVA APPEL
Orientador	TAYSA SCHIOCCHET
Instituição	UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

EXERCÍCIO DE DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS POR MULHERES E ADOLESCENTES NO BRASIL: tutela e (in)efetividade frente ao discurso político-religioso do Estado laico

APPEL, Jéssica Silva

Orientadora: Taysa Schiocchet

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Este trabalho vincula-se à um projeto mais amplo, sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos e visa, diante de uma previsão jurídico-normativa, analisar a tutela e (in)efetividade desses direitos, no âmbito brasileiro. Notadamente, nos contornos de uma população mais vulnerável, os adolescentes, singularizando os sujeitos sociais com os quais as ciências, e o Direito, tendem a tratar de forma universal e abstrata.

Identifica-se as problemáticas relativas à regulamentação e (in)efetividade desses Direitos Fundamentais, evidenciando as estratégias do biopoder que perpassam à temática, bem como, os discursos político-religiosos que incidem no contexto de um Estado laico, como o Brasil. Considera-se, para tanto, além de referenciais teóricos e jurídicos, questões sociais, éticas, religiosas e de gênero, a partir de uma perspectiva plural e democrática.

O objetivo geral da pesquisa consiste em verificar as normas jurídicas relativas à adolescentes, sexualidade e reprodução e a transposição do universo discursivo para o universo jurídico, revelando os impasses e contradições existentes, a partir de uma realidade multifacetada. Especificamente, compreender e analisar os aspectos do instituto da laicidade como espaço incorporador de todas as concepções religiosas, considerando fatores originários, inclusive na esfera internacional, com foco para a França. E, de como elementos religiosos, presentes nos discursos das três esferas estatais, podem, ou não, influenciar o exercício dos Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Metodologicamente, o trabalho desenvolve-se em perspectiva transdisciplinar e dialética, em três fases: pesquisa teórica (bibliográfica e documental), pesquisa empírica e práticas extensionistas.

Como resultados parciais alcançados até o momento, considera-se o aprofundamento teórico e jurídico acerca dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e da laicidade, considerando os desafios frente a incipiência desse tema no Direito, sobretudo no âmbito do legislativo, do executivo e do judiciário. Através da análise preliminar realizada, constatou-se que a presença de elementos religiosos podem obstaculizar o exercício dos Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Outrossim, aferiu-se as diferenças entre o direito previsto e o concretizado, sob a influência dos fatores elencados, constituindo uma tensão entre direito x religiões.

REFERÊNCIAS

LEITE, Vanessa. Sexualidade adolescente como direito? A visão de formuladores de políticas públicas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, n. 19, suplemento 2, p. 465-469, 2003.

SCHIOCCHET, Taysa . Exercício de direitos sexuais e reprodutivos por adolescentes no contexto brasileiro: repensando os fundamentos privatistas de capacidade civil a partir dos direitos humanos. In: Felipe Dutra Asensi; Roseni Pinheiro. (Org.). Direito sanitário. 1ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, v. 1, p. 382-401